

Mentalidade de Servos

30. IX. 1950

Foi o voto secreto uma grande conquista, que se deve a memoráveis campanhas, como a do antigo Partido Democrático Nacional e do Partido Libertador, que era a sua ala meridional. Mas não parece que todos lhe tenham compreendido o alcance, pois muitos cidadãos ainda se comportam, por ocasião do pleito, como se a descoberto fôra o seu voto. A realidade do sigilo, demonstrada já em várias eleições, não logrou ainda desterrar do ânimo de muitos cidadãos o antigo e quase atávico temor do govêrno. Muita força tem a velha experiência de corrupção, compressão e fraude, que o Estado Novo, não obstante tivesse suprimido o voto, só reforçou, pelo arbitrio de que todos os seus atos se revestiam.

Mas, se há verdade incontestável na vida política brasileira da atualidade, é a realidade do sufrágio eleitoral. O voto é realmente secreto e, portanto, inteiramente livre. No gabinete indevassável, o cidadão detém, em verdade, uma parcela da soberania popular. Alí êle é rei e nada pode temer dos régulos que o cercam. Nem o prefeito, nem o delegado, nem o exator, nem o patrão, nem qualquer outra autoridade tem ação sôbre êle. Somente a sua consciência impera e deve imperar.

Dir-se-á, porém, que o eleitor não pode deixar de sentir a pressão do ambiente social em que vive. O govêrno é uma realidade permanente, outra realidade permanente é o patrão, o amigo, o familiar. Sem dúvida. Aparentemente, pode o cidadão ceder a estas variadas pressões. Nem todos podem ter o ânimo dos heróis. Aparentemente, pode e deve ceder. Mas cede para reagir à violência feita à sua consciencia, na sua fortaleza de um dia — o gabinete indevassável. Nêste dia, o fraco, o oprimido toma contas ao opressor.

Tal é a virtude do voto secreto. Tamaña virtude, que nem todos a apreenderam, e procedem como se o voto não fôsse realmente secreto. Para êstes, o poder é o poder, o govêrno é amo e senhor, a cuja vontade não é lícito opôr-se. Não indagam, não investigam, não julgam: votam sistematicamente com o govêrno, por pior que êle seja, como certas pessoas humildes votam, por gratidão, com o patrão, que as sustenta.

Com tal mentalidade, não é possível realizar democracia, embora secreto seja o sufrágio. Por melhor que seja, o instrumento precisa ser bem utilizado. Votar, como se o sufrágio fôsse a descoberto, como se a consciencia do eleitor não estivesse plenamente resguardada, é, na realidade, anular tão precioso instrumento. Que adiantaria conceder o voto secreto a um rebanho? Nada, porque as ovelhas se deixariam tanger pelo cajado do pastor. Pois êste ainda é o comportamento de muita gente, apesar da feliz experiência já realizada. Não souberam libertar-se do jugo, tanto se lhe afizeram.

Tem muito maior importância do que se julga esta mentalidade de servos ante o senhor, porque subverte inteiramente o govêrno democrático. Neste sistema, como faz notar um pensador, não é o povo que depende do govêrno, mas o govêrno que depende do povo. Os senhores somos nós, os cidadãos comuns; o servidor é o govêrno. E, como os senhores somos nós, a nós cabe escolher o servidor. Escolhê-lo e despedi-lo, se mal serve.

Que se há de fazer, porém, aos senhores que têm mentalidade de escravos, e como escravos se comportam? Educá-los, naturalmente. Libertá-los do seu complexo de inferioridade, para empregar uma linguagem na moda. Outra não é a missão assumida pelo Partido Libertador na vida pública do País. Daí o seu nome. Concorreu êle decisivamente para a implantação do voto secreto. Tudo tem feito para que o precioso instrumento seja bem empregado. Não pedimos aos cidadãos que votem conosco, embora dignos da máxima confiança sejam os nossos candidatos. Pedimos, sim, que votem livremente e conscientemente: livremente, como lhes permite a atual legislação eleitoral; conscientemente, como é de esperar do seu patriotismo.